

# A GLOBALIZAÇÃO E SUAS FACETAS: GRUPOS ECONÔMICOS GLOBAIS E TERRITÓRIOS<sup>1</sup>. LOCAIS NA AURORA DO SÉCULO XXI<sup>2</sup>

Leandro Bruno dos Santos<sup>3</sup>  
Eliseu Savério Sposito<sup>4</sup>

## Introdução

Os últimos decênios têm sido marcados por significativas transformações, que envolvem a tecnologia, a economia, a política e a cultura, entre outras dimensões sociais. É inegável que as sociedades contemporâneas se encontram num período singular na História, caracterizado pelo frenético movimento de mercadorias e informações, e pelas sucessivas mudanças nas técnicas (informacionais e produtivas). Emergiu um mundo muito diferente de algumas décadas precedentes, impelindo-nos a uma nova ordem global ainda não compreendida na sua totalidade.

Diante disso, no meio acadêmico, têm surgido alguns postulados: “*globalização*” nos países de língua portuguesa, “*globalización*” para a Espanha e América Latina (que fala espanhol), “*mundialização*” para os franceses, para os alemães “*globalisierung*” e “*globalization*” para os anglófonos. Apesar das várias denominações, não há dúvida que o mundo está passando por mudanças.

No entanto, a idéia de globalização econômica tem suscitado algumas opiniões, defendendo que isso não passa de falácia, fábulas, mitos ou ideologias. O argumento fundamenta-se nas contradições sociais que vêm sendo engendradas, ou melhor, a discrepância entre o discurso e a espacialidade, aqui entendida como a materialidade das relações sociais. Nessa perspectiva, a globalização é carregada de ideologias e fábulas, o que se torna um eufemismo.

---

<sup>1</sup> Esta conceituação se aproxima da abordagem dos miltonianos (terminologia que adotamos para designar os adeptos à abordagem de Milton Santos) no que se refere ao território usado, constituído natural e artificialmente, bem como por pessoas e empresas. Sendo assim, deve-se conceber o território não somente constituído por um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território é palco de nossa morada, da vida cotidiana, das trocas materiais, do trabalho etc.

<sup>2</sup> O presente texto é resultado de uma discussão que vem sendo realizada num trabalho de Iniciação Científica intitulado “Desenvolvimento Local: Estudo e análise da indústria de cimento Lafarge”, com apoio do Programa PIBIC/CNPq (2003/2004).

<sup>3</sup> Aluno do 3º ano do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

leandrobrunodossantos@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Orientador da pesquisa. essposito@prudenet.com.br

Os acontecimentos estonteantes que vêm se sucedendo são explicados como sendo a atual fase da globalização, sendo o *pós-modernismo* uma de suas características. Os defensores da era *pós-moderna* (Lyotard e Habermas, entre outros) procuram colocar de lado as diversas metanarrativas e deixam algumas idéias no ar: morte do sujeito enquanto elemento ativo e revolucionário; fragmentação; descontinuidade; efêmero; ambivalência; contingência etc.

Estabelecendo um recorte no Brasil, temos assistido, nos últimos anos, àquilo que os autores denominam de ‘guerra dos lugares’, decorrente da competição entre os municípios na busca de abrigar os investimentos de grandes empresas em seus territórios. O capital tende a se homogeneizar territorialmente (entenda-se pela competição, já que ocorre o contrário na materialidade), proporcionando a desconcentração, ao mesmo tempo em que resulta na concentração da gestão. Ocorre, assim, uma distribuição da riqueza pelo território? Esperamos discorrer sobre isso ao longo do texto. No momento, cabe expor idéias e questões.

Pretendemos, inicialmente, empreender uma discussão em torno da produção espacial nas diferentes escalas, e o papel dos atores dos grandes grupos transnacionais, dos poderes locais e da própria comunidade local nesse processo. Objetivamos, desse modo, compreender o comportamento do local diante das mudanças econômicas e políticas que, de certa forma, têm ocasionado rebatimentos territoriais inigualáveis. A fábrica de cimento Lafarge, localizada no município de Itapeva – SP, Brasil, é o nosso objeto de pesquisa, e as inferências feitas neste texto advêm do trabalho de pesquisa que realizamos sobre o tema nos de 2003 e 2004.

A partir dos sucessivos trabalhos de campo e de uma leitura à procura de entendimento da bibliografia selecionada para a realização da pesquisa, advogamos da idéia que o local deve ser visto não como um receptáculo da materialização do capital, ao mesmo tempo passivo, mas sim como agente atuante e ativo<sup>5</sup>.

Como conseqüência da globalização e transnacionalização das empresas, os lugares tornam-se interdependentes, sendo colocados em outras escalas, que transcendem

---

<sup>5</sup> Soja (1983, 1993) mostra a importância do espaço nos momentos de reestruturação do capitalismo diante das crises de crescimento, características das “ondas longas”, que foi apresentado por Ernest Mandel no livro “Capitalismo Tardio”. Para Soja (1993), a espacialidade é uma dimensão social das relações sociais e as ondas longas são histórias de espaços produzidos. Além de Mandel, Kondratieff e Schumpeter também se destacaram nos estudos das ondas de crescimento do capitalismo. Os ciclos representam as fases de desenvolvimento do capitalismo, sendo caracterizados por investimentos maciços em infra-estrutura (portos, canais, indústrias, ferrovias etc.) e bens de capital. Assim, as ondas longas são marcadas pelas inovações tecnológicas e modificações técnicas na economia. Quando as inovações se propagam para todos os setores da economia tem-se uma depressão econômica. Soja (1983, 1993) utiliza-se desses pressupostos para compreender a produção do espaço nas ondas de crescimento e desenvolvimento do capitalismo.

a do espaço vivido pelas pessoas. Dessa maneira, queremos estabelecer um preâmbulo no presente texto: acreditamos ser errôneo pensar o global e o local como sendo opostos, pois a materialidade das relações sociais se dá através da imbricação de escalas ou totalidade escalar.

O debate que vem sendo estabelecido sobre a globalização e dos seus efeitos sobre a territorialidade é uma discussão hodierna que suscita as reflexões na Geografia.

### **Alguns consensos sobre o conceito de globalização**

As profundas transformações pelas quais o mundo tem passado, a saber, tecnológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais, são identificadas e conceituadas, por alguns autores, pelo termo globalização. Jameson (2001) compreende essas características como níveis de um processo global, que só podem ser entendidos a partir da convergência de múltiplas determinações. Neste trabalho, apesar do pouco aprofundamento, acreditamos ser pertinente utilizar o termo dimensão ao invés de níveis, pois este último denota estágios, progressão etc., o que pode remeter a uma compreensão de causa-efeito sem se levar em consideração o caráter contraditório da realidade.

Santos (2000, p. 23) afirma que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. A partir desse pressuposto podemos afirmar que há um novo delineamento do modo capitalista de produção, que pode ser traduzido pela aceleração das mudanças espaciais e territoriais nas diferentes escalas.

Para Valença (2002, p. 311), “globalização tem a ver com movimento, no espaço e no tempo, de capitais, mercadorias, informação, tecnologia, trabalho etc.”. Entretanto, ainda falta entender esse processo pela sua materialidade, notadamente pelas redes materiais (estradas, ferrovias, aeroportos e hidrovias) e imateriais (internet, comunicação e informação), que permitiram a intensificação dos fluxos entre os países, colocando-os num sistema único ou sistema-mundo<sup>6</sup> (DOLLFUS, 1993).

Nesta perspectiva, encontramos-nos num momento caracterizado pela fluidez das informações, das relações sociais, do capital e dos produtos. Ao mesmo tempo, o capital passa por uma reprodução ampliada, de maneira tão acelerada como nunca visto na história, o que confirma e consolida as características da globalização apontadas anteriormente.

---

<sup>6</sup> A expressão “sistema-mundo” é amplamente vinculada a Immanuel Wallerstein. Seus pressupostos se consolidaram na segunda metade da década de 1970, propiciando, sobretudo, uma crítica aos teóricos da modernização que compreendiam as discrepâncias econômicas entre os países como sendo estágios de desenvolvimento, ou seja, que o atraso de muitos era explicado pelo fato de se encontrarem em estágios inferiores de desenvolvimento econômico.

No entanto, como surge o termo global? E para quê? Chesnais (1996) afirma que o adjetivo "global" surgiu nas *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford etc., sendo popularizado por consultores como K. Ohmae e Michael Porter. O termo surge para apresentar um mundo sem fronteiras, além do fim da nacionalidade das empresas.

Na França, há certa relutância na utilização do termo "global" porque se mantém o termo mundialização para se explicar a realidade como ela se apresenta. Para Chesnais (1996, p. 24), a palavra "mundial" permite introduzir, com muito mais força do que o termo "global", a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de compreender e dominar o seu movimento.

Sposito (2004) explica as diferenças entre os termos mundialização e globalização, merecendo destaque nessa nossa discussão. Na sua perspectiva, a mundialização pode ser entendida pelas tendências de expansão das relações capitalistas de produção e pela capacidade do modo capitalista de produção impô-las aos diferentes pontos do mundo; já a globalização pode ser entendida pela ótica da homogeneização dos usos e costumes e pela presença dos meios de comunicação, inibidores de reações a esse processo. As expressões culturais americanas são as mais visíveis, tais como Coca-Cola, McDonald's e CNN (GIDDENS, 2000).

Ianni (1995) elabora uma análise das metáforas da globalização que surgiram ao longo dos últimos anos. A discussão pormenorizada das metáforas exige uma longa exposição, algo que não será possível neste texto. No entanto, cabe deixarmos as terminologias adotadas para taquigrafar o atual momento: aldeia global<sup>7</sup>, fábrica global, terra pátria, nave espacial, nova babel, entre outras.

O atual momento de desenvolvimento das forças produtivas tem sido identificado por metáforas como economia-mundo, sistema-mundo, disneylândia global, cidade global, shopping center global, mundo sem fronteiras, fim da geografia e fim da história. Enfim, encontramos-nos num momento percebido, de maneira difusa e marcado, de certa forma, pelo fugidio.

Alguns autores têm desenvolvido trabalhos contrários à identificação de um processo como a globalização, especialmente pela forma esse termo é discutido na academia, na mídia, enfim, pela maneira que a discussão vem se delineando, estando ainda longe de um consenso conceitual. Hirst & Thompson (1998) vêem com ceticismo os processos ditos globais e com perspectiva positiva o controle da economia internacional, assim como a

---

<sup>7</sup> Essa expressão foi criada por Marshall McLuhan na década de 1950, que estava preocupado em compreender as mudanças e os avanços tecnológicos. Num momento denominado de sociedade da informação, o autor cria essa expressão para taquigrafar a revolução tecnológica na área da informação.

validade das políticas nacionais. Ao serem enfáticos na defesa dessas possibilidades, colocam-se contrários aos apologistas do fim das fronteiras e do fim do Estado.

Hirst & Thompson (1998), ao discutirem a globalização, especialmente sob as formas são adotadas para se organizar esse conceito, classificam-nas de infundadas e superficiais. Para os autores, a globalização econômica é uma alta internacionalização das economias, pois já houveram outros estados de internacionalização, de forma notável e generalizada a partir de 1860.

A globalização, da maneira como vem sendo tratada, ou seja, trabalhada como se tivesse sido germinada na crise dos trinta anos gloriosos<sup>8</sup>, além de ser marcada pela expansão dos mercados mundiais e pela ingovernabilidade é, na verdade, um mito (HIRST & THOMPSON, 1998).

Santos (2000) vê a globalização como fábula e falácia, pois ela esconde as verdadeiras dimensões da pobreza, da fome e do desemprego que vêm se alastrando nos diferentes países, principalmente aqueles classificados como periféricos ao sistema capitalista. Ao invés da homogeneização do planeta, conforme atestam os defensores do mundo global, ampliam-se as diferenças. Na verdade, “há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal”. (SANTOS, 2001, p. 19).

Para Santos (2001), o grande capital se fundamenta nas bases materiais, como a unicidade da técnica, a convergência na organização de uma rede global de interconexão (a internet) e o conhecimento do planeta para construir uma globalização perversa. No entanto, na perspectiva do autor, essas mesmas bases técnicas podem servir aos fundamentos sociais e políticos, enfim, aos interesses da sociedade, na busca de uma equidade socialmente mais justa.

Em linhas gerais, apesar da falta de consenso em torno da aceitação ou não do adjetivo global, é indubitável que nos últimos anos a economia capitalista tem sido marcada por demasiada opulência, de modo a influenciar sobremaneira os modos de vida das pessoas e, em muitos casos, perversa para os países do chamado terceiro-mundo. Diante disso, têm ocorrido transformações espaciais sem precedentes, necessitando, sempre, de olhares críticos que possam contribuir para uma análise mais esclarecedora.

A espacialidade, resultante das relações sociais que vêm sendo gestadas nos últimos anos, ao nosso ver, só pode ser entendida a partir da relação diacrônica entre os

---

<sup>8</sup> Expressão difundida na França, principalmente, e que se refere ao período pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizado por altas taxas de crescimento econômico em todos os principais países capitalistas ocidentais.

objetos e as técnicas, a partir da visão de uma realidade estruturada em sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996a). Os sistemas de objetos, em sua essência, escondem as contradições engendradas pelo sistema, entendidas historicamente, uma vez que a dialética não existiria se o movimento dos elementos se desse de modo sincrônico (Santos, 1996b).

Além das idéias apresentadas, confrontando e procurando estabelecer alguns parâmetros para a discussão dos termos mundialização e globalização, outros argumentos são apresentados a seguir, para uma exposição de como entendemos as transformações mais recentes nas relações capitalistas de produção.

### **Mudanças na concepção: fordismo-toyotismo, modernidade-pósmodernidade, industrial-pós-industrial.**

As transformações que estão ocorrendo no período denominado globalização têm ocasionado uma confusão espiritual e uma incerteza sobre o futuro. Surgem, desse modo, algumas indagações e, dentre elas, para onde iremos? Ou, para onde não iremos? Quais são os riscos pelos quais a sociedade vem passando? Quais as mudanças que vêm ocorrendo na cultura e na família? Essas questões ganham espaço num momento em que se fala de crise da modernidade<sup>9</sup>. E é sobre isso que iremos discorrer.

Nos últimos anos, têm ganhado relevo na mídia, na academia, entre outros segmentos alguns prefixos e sufixos como *pós* e *ismo*. Assim, aos nossos vocabulários são acrescentadas palavras como pós-modernismo e pós-industrialismo. Que mudanças são essas? Quais bases filosóficas assentam tais perspectivas?

Pensadores como Roger Bacon (1214 - 294), Nicolau Copérnico (1413 - 1543), Francis Bacon (1561 - 169), René Descartes (1596 - 1650), Isaac Newton (1642 - 1727) e Kant (1724 - 1804), cada um, à sua maneira, contribuiriam substancialmente para a nova forma de se pensar sobre o mundo. A modernidade pode ser caracterizada pela ilimitada

---

<sup>9</sup> Estamos num momento de anomalia nas superações paradigmáticas (KUHN, 2003). Embora o autor utilize o termo paradigma uma dezena de vezes com conotações diferentes e, em muitos casos, como se fosse homólogo a teoria, é primordial tecermos alguns comentários sobre a sua obra, que é uma ferramenta essencial para discutirmos a atualidade. No livro "A estrutura das revoluções científicas", Kuhn traz uma enorme contribuição para as ciências naturais e sociais, mas a sua visão de "ciência normal" deve ser vista com reticência, sem chegar ao ceticismo, pois está ligada à idéia de predomínio científico de um conjunto de conceitos e teorias, aspectos de um paradigma. Nas ciências sociais, ocorre o contrário dessa visão de Kuhn, pois não há dominância de um único paradigma, já que em muitos casos podem coexistir dois paradigmas ou mesmo ortodoxias opostas, como as correntes teóricas do desenvolvimento, especialmente na década de 1960, em que houve duas correntes ortodoxas: a corrente das etapas de desenvolvimento e a corrente da teoria da dependência. Assim, dentro das ciências sociais, pode haver dois paradigmas interpretativos, um em ascensão e outro numa situação de marginalidade, porém existindo. A discussão sobre a modernidade e pós-modernidade tem sido acalorada, pois para um conjunto de pensadores, se nos encontramos num

confiança na razão, que possibilita o domínio sobre as leis da natureza para a satisfação das necessidades dos (e criadas pelos) homens. A modernidade é marcada pela racionalidade e pelo progresso, bem como pelo avanço incrível nas descobertas e na manipulação das leis da natureza.

Dessa maneira, a progressão de estágios, de um menos desenvolvido para outro mais desenvolvido é descrita como uma metanarrativa. O progresso é garantido pelo uso da razão, deixando-se assim, para o senso comum, a possibilidade da salvação externa, a salvação divina<sup>10</sup>. Antes, a salvação e a redenção dependiam do gesto generoso da divindade. Na modernidade, a salvação passa a ser resultado do desvendamento dos segredos da natureza, que é colocada a serviço dos homens. Nesse sentido, a modernidade é marcada pelo rompimento com o passado e pelo novo começo, seguindo-se novos princípios (KUMAR, 1997).

Na modernidade, o mundo é visto na perspectiva da totalidade, do universal metafísico da unidade, constância, regularidade (MOREIRA, 1999), ou seja, numa perspectiva cartesiana, pois ele é visto como um modelo matemático. Assim, houve a cristalização de uma percepção de espaços-tempos matemáticos. O tempo torna-se universal, sendo indiferente aos tempos da natureza, ou seja, o mundo é regularizado inteiramente pelas leis científicas<sup>11</sup>.

Com a revolução industrial, a modernidade ganha corpo territorial de forma notável pela materialização da técnica em escala planetária, isto é, a modernidade e, conseqüentemente, as metanarrativas são uma realização empírica. A ciência, nos seus

---

momento de crise da modernidade, enquanto para outro, mais radical, defende a era da pós-moderna.

<sup>10</sup>Historicamente foram os gregos que inauguraram uma escola de pensamento, entre séculos VIII a.C. e VI a.C., denominada de "descoberta do *logos*". Deixa-se de lado neste momento o mito e o argumento passa a ser assentado na razão. Essa escola, também denominada de Escola de Mileto, tinha como pensadores Thales (empirista), Anaximandro (idealista) e Anaxímenes (realista). A descoberta do logos foi posteriormente consolidada com Sócrates, Platão e Aristóteles. Na era medieval, o pensamento teve demasiada influencia religiosa, de modo que a fé estava acima da razão. Desse período, podemos assinalar dois filósofos/teólogos importantes, a saber, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Já o pensamento do homem moderno, com o surgimento da ciência no período do renascimento, passa a ser marcado por uma experimentação do método matemático. Desse modo, a natureza é atomizada, sendo reduzida a elementos mensuráveis, ao passo que se buscam leis para explicar o seu funcionamento.

<sup>11</sup> Curiosamente, o espaço nesse período não corresponde ao vivido, mas postula-se um espaço infinito, correspondendo àquilo que poderia ser formulado através da linguagem científica. Nessa perspectiva, o homem concebia o mundo muito além de seus limites carnis. A infinitude do espaço aparece não como medida, mas como conceito mensurável, intrínseco ao desenvolvimento científico e filosófico posterior (DUARTE, 2002).

primórdios, será uma ferramenta para a instauração técnica do capitalismo, algo que irá ocorrer posteriormente<sup>12</sup> (MOREIRA, 1997).

Referindo-se à utilização da ciência para a produção, Mandel (1985) afirma que, "embora tal aplicação tenha raízes na lógica do modo capitalista de produção, não esteve de maneira alguma contínua e uniformemente entrelaçada à mesma, ao longo da história desse modo de produção". (p. 175).

Cabe, neste ponto, repetir e enfatizar a idéia de que a modernidade tem, como aspecto importante de sua conceitualização, a universalidade das leis.

Como a crise da modernidade ocorre quando sua materialidade é amplamente aceita, os paradigmas universais começam a cair. Aqui começa a nossa discussão. A universalidade da força da gravidade é questionada pela física quântica. Descobre-se que partículas de massas desprezíveis não obedecem à constância, à regularidade, mas à desordem.

O aspecto basilar da pós-modernidade está na leitura de mundo fundada na diversidade, na fragmentariedade, no efêmero e no descontínuo. O mundo, antes visto em sua totalidade, passa a ser concebido pelo olhar múltiplo. A idéia de alguém que pensa o mundo como totalidade e nele intervém em termos de totalidade perde sentido, morrendo o sujeito (MOREIRA, 1999). Harvey (1993), por sua vez, procura realizar uma abordagem estabelecendo uma reflexão sobre o efêmero e o fugidio.

Ao se referir ao pós-modernismo, Smith (2002, p. 129) afirma que:

El drama apocalíptico de esta trama es claro: el post-modernismo anuncia la muerte del esclarecimiento, la circuncisión del pensamiento racional y del discurso totalizador, el fin de Marx, del marxismo y de la clase obrera, la muerte de la historia y de la narrativa, la muerte del sujeto y así sucesivamente.

A Geografia, antes vista como uma ciência descritiva, assume papel importante neste contexto, sendo colocada ao lado da História, encarada, anteriormente, como uma Teoria Social abrangente na cognição da realidade. Nesse contexto, há o redescobrimiento do espaço na Teoria Social Crítica, depois da secular negligência enquanto meio explicativo da realidade. Soja (1993) procura reconstruir a análise marxista na perspectiva do espaço, procurando instaurar uma hermenêutica que auxilie na leitura da perspectiva de uma espacialização crítica.

---

<sup>12</sup> Roger Bacon foi o primeiro a intuir magistralmente sobre o salto qualitativo da sociedade, ao defender que as ciências naturais deveriam proporcionar a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Pregava, dessa maneira, uma união entre a filosofia natural e a produção industrial.



Santos (1977) já havia enfatizado a importância do espaço ao afirmar que "os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subseqüentes da produção". (p. 91).

O autor percorre um caminho próprio ao estabelecer uma análise conceitual de formação econômica e social e de modo de produção. A partir daí, depois de construir as suas bases para o diálogo, ele realiza uma leitura importante em defesa de uma teoria do espaço. Para esse autor, a realidade espacial só é compreensível a partir da interpretação da história mundial e do local, "pois a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social". (p. 81).

Embora Santos, Lefebvre e Lipietz tenham demonstrado a importância do espaço no calor do debate na década de 1960 e 1970, o interesse pelo espaço está implícito em alguns autores que escrevem sobre o pós-modernismo.

A discussão sobre modernidade e pós-modernidade tem sido amplamente debatida na academia, sendo uma questão de difícil consenso, o que nos leva a pensar na seguinte afirmação: não há consenso sobre o fim de uma e o início de outra.

As mudanças e transformações que ganharam relevo nos últimos anos podem ser explicadas de duas maneiras: houve mudanças paradigmáticas como a passagem do fordismo para o taylorismo; e houve a passagem da modernidade para a pós-modernidade.

O paradigma técnico-econômico fordista baseava-se na produção em massa de bens padronizados ou estandardizados, sejam eles de serviços ou industriais, e de aumento da capacidade de consumo de parte da população, ao se constituir uma classe média específica em cada país. (DUNFORD, 2002).

No cerne desse modelo paradigmático de produção, havia uma sinergia entre a ação dos capitalistas mantendo os salários num nível razoável de consumo em massa e a ação do Estado atuando na gestão e na produção de bens, e na organização da infraestrutura logística. Havia, assim, o crescimento dos salários e a ação estatal nas funções redistributivas, o que foi denominado de Estado do Bem-estar Social (ou *Welfare State*).

No entanto, a década de 1970 foi marcada pela crise do fordismo, passando a ser caracterizada pela incerteza e pela necessidade de se organizar novos paradigmas nos processos de produção. Os fatores da crise são inúmeros, mas cabe assinalar a crise dos salários e a já citada globalização econômica, ocasionando uma crise de oferta, resultante da propagação dos princípios tayloristas e do alcance de um limite técnico e social, que contribui sobremaneira para sublevações contra as práticas de hierarquia presente nesse paradigma de produção (DUNFORD, 2002). Como muitos fatores que ocasionaram a crise

do fordismo encontram-se correlacionados, Benko (1996) afirmou que o fordismo foi vítima de sua própria eficácia.

No bojo das transformações do paradigma *fordista* de produção<sup>13</sup>, *standardizado*, surge um modo de produção denominado *toyotismo*, criado numa das fábricas da Toyota no Japão. Nesse novo paradigma de produção, valorizam-se os trabalhos em grupos que visem o aumento da produção, além da valorização dos funcionários em sua capacidade de exercer várias funções, além de uma mudança no sistema organizacional da produção<sup>14</sup>.

A produção deixa de ser *standardizada* e muda sua dimensão de economia de escala, passando a ser marcada pela qualidade, pela flexibilidade, pela capacidade de atender as demandas do mercado quanto à modificação dos produtos, pela inovação etc. Os teóricos do “pós-fordismo”, geralmente ligados à esquerda, têm defendido o papel das pequenas empresas em detrimento das grandes economias de escala.

Com a crise do *fordismo*, aquilo que se denomina modernidade também entra em crise, pois a rigidez do modo de produção *fordista* é substituída pela flexibilidade do *toyotismo*.

As mudanças tecnológicas nos sistemas produtivos têm influenciado nos modos de vida das pessoas, a ponto de ser assinalado como o novo evento da sociedade, especialmente, pelos defensores de uma sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1970).

Masi (2000) afirma que nós nos encontramos mergulhados num momento de pressupostos econômicos, sociais, políticos e mentais diferenciados da era da indústria. Assim, para esse autor, as transformações diferenciam o atual período de outros anteriores.

Enfim, ocorreram transformações na estrutura do trabalho em diversos países (tanto nos denominados desenvolvidos como naqueles que são tidos como em desenvolvimento).

## **A superação das fronteiras pelas transnacionais e o novo papel do Estado**

---

<sup>13</sup> A crise das décadas de 1970 e de 1980 influenciou a sociedade ao envolver as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. A Escola da Regulação surge no calor do debate da crise que se identificava. Dunford (2002) assinala que as teorias da regulação têm como principal objetivo apresentar explicações sobre as trajetórias das economias capitalistas e a apresentação de críticas à economia política marxista, sobretudo em torno das teorias do valor, da distribuição e do crescimento. O marco do surgimento da escola da regulação se dá com a publicação do livro “Régulation et crises du capitalisme”, de Michel Aglietta (1976).

<sup>14</sup> No modelo *fordista* de produção, a indústria automobilística operava com sistemas de produção para cada tipo de carro a ser produzido, pois havia uma produção em massa para um mercado com consumo em massa. No modelo *toyotista* ou flexível há uma só unidade de produção que está sujeita ao mercado. Assim, o mercado determina o que será produzido, de modo que a unidade de produção se adapta às suas exigências. Nesse sistema de produção, os funcionários são polivalentes, tendo o domínio de todo o processo produtivo.

Podemos afirmar que, atualmente, estão delineadas, praticamente, todas as fronteiras dos países pelos continentes, havendo exceção em poucos casos, em que minorias étnicas reclamam a criação de Estado-nação, ou mesmo conflito de fronteiras entre países, como a região da *Kashemira*, disputada pela Índia e Paquistão.

Desse modo, os objetos fixos permitem superar as dificuldades das distâncias, possibilitando a simultaneidade das informações e dos acontecimentos entre as diferentes nações, redundando num sincronismo resultante dos avanços técnicos das comunicações e informações.

De acordo com Castells (1999, p. 403), "tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica".

Para Castells (1999), surgiu uma nova economia global nas últimas décadas, sendo chamada pelo autor de economia informacional e global. De um lado, é informacional porque a produtividade e a capacidade dependem da capacidade de processar e aplicar a informação baseada no conhecimento. De outro lado, é global especialmente pela forma em que estão organizadas as unidades produtivas, o consumo e a circulação.

A título de exemplo, as bolsas de valores podem ser caracterizadas pela simultaneidade. Na educação, têm ganhado espaço as videoconferências, principalmente com a utilização de tecnologias para a EaD (ensino à distância), que é marcada pela simultaneidade da informação, ou seja, pela sincronia do trabalho pela rede de internet entre professor e aluno.

Na área empresarial, cabe elucidar que os Grupos Econômicos Globais se transnacionalizaram e desdenham as fronteiras dos países (Dollfus, 1993), ou seja, estão acima dos poderes e interesses dos estados nacionais. Nas décadas de 1960 a 1980, houve um intenso movimento das empresas na busca de algumas vantagens, como matéria-prima abundante, salários baixos, proximidade de mercado consumidor, subsídios e incentivos fiscais. A transferência de unidades produtivas para os países periféricos tem ocasionado, recentemente, uma acirrada disputa fiscal para sediá-las. Dessa forma, dependendo das circunstâncias do mercado, os espaços são ora valorizados, ora marginalizados<sup>15</sup>.

A complexidade científico-tecnológica levou as empresas a redesenharem seus mercados, sobretudo ultrapassando os limites nacionais dos países. Dreifuss (2001, p. 135)

---

<sup>15</sup> A valorização espacial ocorre quando uma empresa resolve instalar uma unidade produtiva antes de haver mercado para seus produtos, desde que sejam áreas que demonstrem potencialidades de prosperidade, ou seja, as empresas tendem a eleger espaços que apresentam maior potencial em face da natureza das unidades a serem implantadas; quando esses espaços perdem esse valor atrativo são marginalizados com o fechamento das unidades fabris (CORRÊA, 2003).

enumera três processos de transformação transnacionalizante: mundialização de estilos, usos e costumes; globalização tecnológica, produtiva e comercial; e planetarização da gestão.

Os processos que vêm ocorrendo assinalam as profundas transformações no comércio mundial. As decisões das grandes empresas ultrapassam as fronteiras dos países, subjugando-os aos interesses balizados pelo viés econômico.

Dessa maneira, surgem algumas indagações que precisam ser refletidas: Qual o papel e interesse do Estado no atual estágio de globalização? Podemos falar no fim do Estado, uma vez que as decisões do capital multinacional estão acima das suas decisões?

Para responder tais indagações começamos dizendo que o Estado não perdeu a sua força, conforme atestam os liberais e defensores da globalização. As mudanças que vêm ocorrendo tem levado o Estado a exercer outras funções, sobretudo a de gerenciar a economia com a criação leis que favoreçam cada vez mais o capital, principalmente financeiro, eliminando todas as barreiras disponíveis para a sua reprodução<sup>16</sup>.

Para salientar essa afirmação, Santos (2001) assinala que “fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais...” (p. 19).

Tem havido uma forte tendência à organização de blocos nacionais e organizações políticas supranacionais, de exigir políticas que envolvam territórios de blocos de países.

Nos últimos anos, os países subdesenvolvidos têm imposto formas de comércio que estejam de acordo com os seus interesses, sendo notável os pedidos de painéis na Organização Mundial do Comércio (OMC), visando à derrubada das barreiras protecionistas que impedem a entrada de seus produtos nos diversos mercados. Essa ação pode ser vista de duas maneiras. Primeiro, os países têm procurado adotar uma política de desenvolvimento interna, ou seja, os estados ainda permanecem com suas forças. Segundo, a globalização econômica não é global como se tem defendido, pois está sujeita a inúmeras restrições comerciais.

Num momento conturbado pelas transformações tecnológicas e pela banalização das técnicas, tem-se falado no fim da história, fim da arte, fim do território e fim da Geografia. Vamos trabalhar, a partir deste momento sobre o conceito de território e sobre a metáfora do fim da Geografia.

### **A interdependência entre os lugares: uma leitura espacial**

---

<sup>16</sup> Esse processo já acontecia antes, mas agora passa a ser intensificado, além de ser marcado pela saída do Estado enquanto agente que toma decisões nas esferas sociais.

A idéia de que a globalização seria sinal de homogeneização espacial não encontra ressonância na atualidade. Pelo contrário, verifica-se o aprofundamento das diferenciações regionais e locais. Soja (1993) e Smith (1988) trazem suas importantes contribuições para a leitura da produção espacial desigual como forma de manutenção do modo de produção capitalista. A diferenciação é necessária e as empresas tomam as suas decisões aproveitando-se das desigualdades.

À frente de todo esse processo de globalização estão as grandes empresas que procuram uma territorialização a partir da construção de unidades fabris. Desse modo, os grandes 'Grupos Econômicos Globais'<sup>17</sup> passam a se apropriar da mão-de-obra barata e das leis trabalhistas flexíveis (chegando em alguns casos até a modificação das leis locais segundo seus interesses) e, conseqüentemente, retornam a auferir lucros, recuperando-se da crise dos lucros nos países centrais durante a crise da década de 1960.

No sentido contrário ao da desterritorialização espacial das grandes empresas, assistimos a um processo sincrônico da centralização da gestão, ou seja, do poder decisório nos Estados Unidos, União Européia e no Japão, também denominado de tripolarização do mundo.

Com a intensificação da internacionalização das economias podemos afirmar que os países tornaram-se interdependentes. A crise econômica de um país pode ocasionar o efeito dominó atingindo grande parcela das nações. Para isso, há agências internacionais sempre atentas para que não haja uma crise em proporções mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). O FMI realiza empréstimos aos países com economias debilitadas por crises econômicas, ao mesmo tempo em que passa a ter enorme poder decisório sobre suas políticas, principalmente na área fiscal que, de certa forma, tem demasiado impacto nas áreas da saúde, educação, segurança e infraestrutura<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Terminologia adotada por Verdi (2002) em tese de doutoramento, na qual a autora defende que os Grupos Econômicos Globais são os principais responsáveis pelo processo de internacionalização econômica mundial. Acreditamos que no atual estágio de internacionalização e transnacionalização da economia, as empresas tornaram-se globais, seja pela suas áreas de atuação seja pelas repercussões que causam nas economias dos países, em especial daqueles em desenvolvimento. Atualmente, as ações das empresas estão colocadas nas bolsas de mercadorias e futuros, estando sujeitas às especulações feitas pelo mercado. Qualquer repercussão negativa dos indicadores econômicos ou dos papéis colocados em bolsa, ocasiona reflexos negativos em muitos países como, o caso da gigante estadunidense de energia ENRON, que passou por uma crise financeira, afetando os países em que a tinha investimentos produtivos, e provocou uma insegurança na compra de papéis nas grandes bolsas mundiais.

<sup>18</sup> Tal afirmação pode ser constatada ao realizarmos um recorte sobre a política econômica brasileira, totalmente dependente das metas fiscais estabelecidas pelo FMI. O Estado brasileiro tem feito uma economia excepcional de recursos para o cumprimento das metas, mesmo que para isso tenha, como conseqüência, o rebatimento na área social.

Diante do exposto, podemos estabelecer um recorte para os espaços em que as pessoas estabelecem suas relações, locais onde se encontram instaladas unidades produtivas do grande capital internacional. E, assim como os países tornaram-se interdependentes, os espaços também seguem a mesma lógica<sup>19</sup>.

Entretanto, diante da afirmação anterior, cabe ressaltar que, a interdependência espacial pode, em alguns casos, não redundar em crise planetária, como ocorre com os países, mas numa crise que é amplamente sentida no cotidiano das pessoas, local onde estabelecem suas relações, isto é, com a internacionalização das empresas, os locais são inseridos em outras escalas, sendo afetados por decisões do grande capital. Às vezes, algumas decisões do grupo podem ocasionar marcas indelévels aos locais sem, no entanto, haver uma crise econômica mundial.

Com a expansão dos “Grupos Econômicos Globais” pelos diversos países, os territórios e as economias tornaram-se interdependentes, ou seja, uma unidade produtiva não depende mais de si mesma ou mesmo de sua área de atuação no mercado, mas de outras unidades e das estratégias que são estabelecidas nos respectivos centros de gestão. Há, dessa forma, uma interação sinérgica entre os setores de atuação das *holdings* bem como entre concorrentes.

O espaço vivido das pessoas deixa de ater-se à escala local, pois há uma convergência escalar e também de interesses com a globalidade. No sentido contrário, o local tem assumido uma postura ativa diante do capital e da cultura massificante, em especial no primeiro caso, já que no segundo seria utópico no momento, pois o capital apropria-se da diferença, tornando-a comercial. Dessa forma, ao invés de engendrar uma homogeneidade na sua materialização, ocorre a heterogeneidade do espaço social, da cultura, etc.

No momento de globalização econômica, vem ocorrendo a revalorização do território bem como da Geografia. As pessoas tendem a estabelecer relações pela proximidade surgindo, assim, uma rede social na busca de enfrentar a perversidade do atual momento marcado pelo desemprego crescente e pelo aumento da competitividade.

Atualmente, os avanços na área das comunicações e informações têm proporcionado, inegavelmente, as empresas e as pessoas fazer do mundo o seu lugar, mas

---

<sup>19</sup> Dentro da Geografia existe uma abordagem próxima à nossa, denominada de circuitos espaciais da produção, que defende uma especialização dos lugares com o avanço das técnicas de transportes e aumento da presença dos fixos sobre o território. No entanto, ao trabalharmos com a indústria cimenteira (que independe de produtos fabricados em outros locais para a sua produção, tendo em vista que necessita, sobretudo de calcário e argila), torna-se pertinente adotar uma abordagem diferente, baseada no mercado e nos interesses que permeiam as transnacionais e que, de certa

contrariamente a essas possibilidades tem fortalecido as relações de proximidade entre as pessoas.

Diante de uma realidade confusa com sucessivas transformações, surgem inúmeros silogismos. O que dizer do silogismo "glocalização"? Este, pode ser entendido como uma tentativa de compreender a articulação dos territórios locais à economia mundial, resultado principalmente da atuação das empresas, cada vez mais, em forma de redes, seja entre os diversos setores em que atua, seja com outras unidades grandes e pequenas.

Os agentes econômicos tomam estratégias em nível mundial, mas a sua efetivação só ocorre mediante a materialização de suas ações, ou seja, dos investimentos em algum local do espaço mundial; portanto, tem-se uma estratégia mundial associada a uma outra local (VERDI, 2002). Dessa maneira, os processos globais e locais ocorrem imbricados e, de certa forma, o local assume um importante papel neste novo contexto, algo que explanaremos mais adiante.

Verdi (2002) afirma que a globalização não é um simples processo e sequer linear, pois "ela implica, ao contrário, estratégias de ajustamentos mais complexas e a emergência de especificidades a nível dos territórios". (p. 8).

Diante do exposto, podemos afirmar que o local, nesse período de globalização, é fortemente influenciado por forças exógenas, derivadas de comandos longínquos. Neste sentido, é impossível apreender as transformações espaciais e territoriais presos à noção da firma individual, que toma as suas decisões localmente.

As mudanças empreendidas desde o início do século XX, com a estruturação e organização de uma rede de empresas, tem tornado as análises em geografia econômica mais complexas, num momento das grandes corporações e de territórios altamente competitivos.

Dessa forma, Santos (2004), assinala a perda de importância da teoria neoclássica da localização<sup>20</sup>, assentada na idéia de firma individual, no monoproduto, mostrando que, na atualidade, modelos teóricos de Weber, Lösch, Isard, dentre outros não correspondem à realidade. Santos (2004) contribui com uma análise em torno da crise da escola neoclássica

---

forma, colocam os territórios locais em outras escalas, ocasionando a interdependência espacial e territorial.

<sup>20</sup> Santos (2004), ao estabelecer uma discussão sobre as teorias da localização industrial, apresenta uma das maiores deficiências da escola neoclássica, a saber, de considerar o espaço como homogêneo, isotrópico, invólucro, onde ocorrem os processos. Nessa perspectiva, as indústrias se localizariam em alguns locais a partir dos jogos do mercado, podendo ora se aglutinar, ora se afastarem umas das outras. As fundamentações teóricas estavam assentadas na procura do ponto de maior lucro e menor custo para a instalação das empresas, o chamado ponto *optimum*.

e aponta o surgimento de novos postulados na geografia econômica e na economia regional<sup>21</sup>.

A década de 1980, marcada pela estagnação e crise capitalista, também pode ser caracterizada pelo marco do retorno ao território, algo que pode ser comprovado com a evocação de algumas palavras-chave, a saber, distrito industrial marshalliano, desenvolvimento local e desenvolvimento regional endógeno, meio inovador, clusters etc.

Muitas das novas palavras que surgem para explicar as localizações industriais estão ligadas à escola de pensamento, denominada de "escola francesa de economia de proximidade", que está assentada nas proximidades geográfica, organizacional e territorial. Neste sentido, ao invés da homogeneização territorial tem havido, na verdade, um forte processo de diferenciação e especialização territoriais, resultante do acirramento da competição entre as empresas e dos locais para sediarem os investimentos na produção. Nesse sentido, pode-se afirmar no fim da Geografia e do território? Não.

Atualmente, as articulações horizontais e verticais, permitem ao local, um caráter mundial, ou seja, os locais tornam-se mundiais especialmente pelos interesses que despertam aos grandes grupos econômicos. A geografia econômica assume demasiada importância, ao contribuir com a análise espacial, especialmente entre as interdependências entre as empresas.

Verdi (2002), apresenta sua tese numa abordagem enfatizando os agentes econômicos e o espaço como sendo derivados de relações horizontais e mundo, território e local, assim como grupo, setor e unidade produtiva a partir de uma análise vertical.

A verticalidade acaba por intensificar o que denominamos de interdependência entre os lugares. Para um maior aprofundamento em torno da horizontalidade e da verticalidade torna-se necessário uma nova seção. Sendo assim, vamos à frente nessa nossa discussão.

### **Verticalidades *versus* horizontalidades: uma leitura pelo local**

---

<sup>21</sup> O autor percorre um caminho analítico à procura de estocar idéias para apresentar uma prévia do comportamento localizacional das indústrias de cimento. Diante disso, apresenta novos postulados dentro da geografia econômica como, por exemplo, a "Terceira Itália", compreendida pelas porções central e norte oriental da Itália. Nessas áreas, as regiões de Toscana, Úmbria, Emilia Romagna, Vêneto, etc. tem sido marcadas pela especialização numa série de produtos, que são elaborados por oficinas e fábricas, todas elas pequenas. Enquanto isso, a "Primeira Itália", no norte do país, é marcada pela concentração da grande indústria de produção em massa, sobretudo no triângulo de Milão, Turim e Gênova. Já, a "Segunda Itália", é a região peninsular (Mezzogiorno) tida como pouco desenvolvida. A proliferação de áreas especializadas territorialmente na Itália redundou na formação de distritos industriais. Para Becattini (1994), um dos mais respeitados estudiosos desse novo paradigma produtivo, "o distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença activa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico". (p. 20).

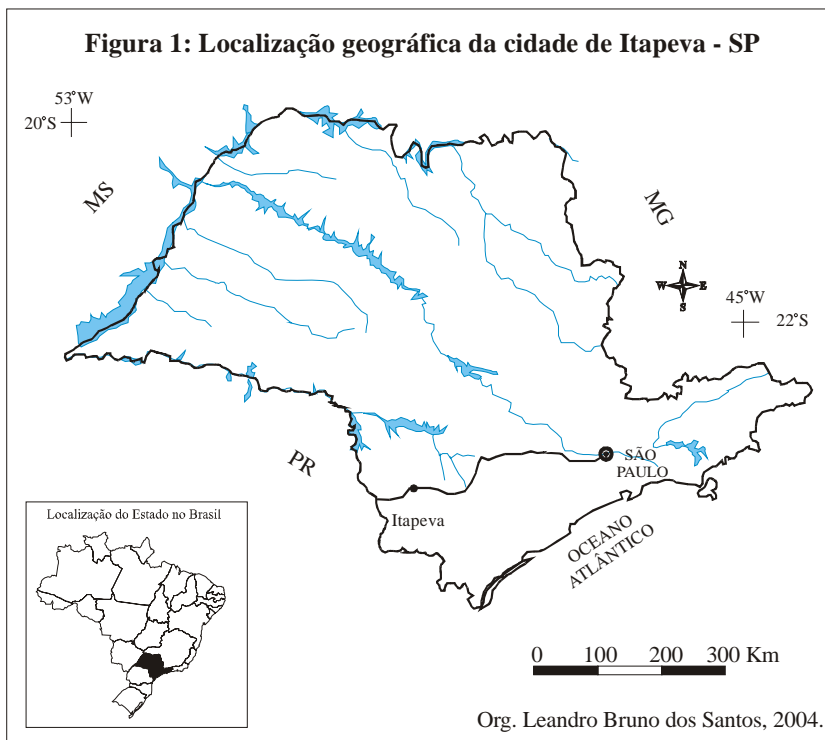


Como vimos na seção anterior, a globalização, entendida como um processo ou mesmo movimento, tem sido sentida fortemente pelo local, palco da materialização das diversas escalas, exigindo abordagens e reflexões sobre a narrativa que se apresenta. Assim, uma compreensão em torno das escalas geográficas possibilita-nos o entendimento dos fatos, pois um acontecimento pode estar imbuído de várias escalas (SMITH, 2002). Entenda-se por escala não a escala gráfica, algo comum dentro da Geografia, em que se procura definir a proporcionalidade de uma superfície terrestre e o seu tamanho representado no papel.

Entretanto, ater-nos-emos, no início dessa seção, na discussão em torno das horizontalidades e verticalidades, buscando realizar reflexões sobre suas conceituações. De forma genérica, as horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade” (SANTOS, 1996, p. 225), ao passo que as verticalidades são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”. (p. 225).

Nos últimos anos, há uma forte tendência de união vertical entre os lugares, decorrente do direcionamento de capitais produtivos e improdutivos aos países ditos do terceiro-mundo. Tal fato pode tornar-se cativo para os lugares, principalmente porque ficam à mercê dos grandes capitais. No entanto, longe de ser passivo, o local assume importância capital, pois se fortalece horizontalmente a partir das relações sociais entre as pessoas, que se unem em torno do interesse comum ou coletivo, reconhecendo que somente pela união será possível a construção de uma sociedade mais justa e, possivelmente, o desenvolvimento local.

Para exemplificar a nossa discussão, torna-se necessário assinalar um caso constatado na cidade de Itapeva – SP, Brasil (Figura 1), onde o Grupo Lafarge, maior produtor mundial de cimento, assume o controle acionário da fábrica da cidade, no ano de 1998.



Até então, a unidade pertencia ao Grupo Bueno e Vidigal. No entanto, posteriormente à aquisição, o grupo impõe o fechamento da unidade fabril para o ano 2000. O poder político local, diante do fato, assume uma postura ativa tornando a unidade um bem público municipal e, ao mesmo tempo, ameaça trazer um outro grupo que não pertencia ao cartel cimenteiro nacional<sup>22</sup>. O poder local assume postura contrária às decisões da empresa, visando àquilo que se denomina desenvolvimento de "baixo para cima", em que a sociedade participa ativamente nesse processo. Sendo assim, os atores locais e as políticas locais adotadas têm papel importante na constituição dos recursos presentes no território, além de influir na gestão.

Podemos vislumbrar, assim, a questão da produção do espaço e dos atores. A partir da teoria das Escalas Geográficas, cabe atentar para a escala de atuação do poder político local, tendo sido sentida nas decisões globais da empresa e nas ações dentro do mercado brasileiro de cimento. Ao mesmo tempo, podemos nos reportar para a escala do cotidiano

<sup>22</sup> Essa afirmação é um pouco perigosa, pois exige uma ampla compreensão do ramo cimenteiro nacional, bem como das ações dos grupos atuantes no mercado nacional; no entanto, optamos por adotar o termo por causa das informações obtidas em trabalhos de campo. Há, dentro da Economia, a teoria do oligopólio puro que desmente tal afirmação, pois no caso de um produto homogêneo não há concorrência, ou seja, o produto colocado no mercado pelos diferentes grupos é igual em todos os aspectos, inclusive nos preços. O que pode variar no processo produtivo é a tecnologia dotada pelas unidades fabris. Existem tecnologias sendo utilizadas, uma moderna e outra anacrônica. A via seca é uma moderna tecnologia que permite diminuir o consumo de combustíveis, enquanto a tecnologia via úmida apresenta demasiado consumo de combustível, encarecendo o produto final. Ademais, a distância entre fábrica e mercado consumidor, pode ser restritiva, pois o cimento é um produto de baixa agregação de valor e não suporta grandes distâncias, estabelecendo-se, assim, a competição regional neste ramo da economia (SANTOS, 2004).

das pessoas, tomando como referencial a decisão da empresa ao decidir fechar a unidade fabril e estabelecer um prazo determinado para a demissão dos funcionários.

Para Smith (1988), o precursor da teoria das escalas, a escala geográfica é algo produzido socialmente, sendo resultado e, ao mesmo tempo, condição necessária para a produção do espaço<sup>23</sup>. A compreensão dos eventos é de suma importância nesse contexto, pois as suas combinações escalares resultam na singularidade do local.

A escala é resultado de conflitos resultantes das relações sociais, como os conflitos políticos engendrados na cidade pelo fechamento da fábrica. Desse embate, ao nosso ver, houve a construção de uma nova ordem no processo de materialização e uma nova produção do espaço.

No entanto, a compreensão dos processos tem que ser marcada pela ótica da totalidade. Vainer (2000, p. 146) afirma que “o que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares”. Posteriormente, o autor deixa uma pergunta no ar: haverá hoje ainda algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma intervenção uniescalar?

De fato, é uma pergunta pertinente que, ao mesmo tempo, traz consigo a resposta. Quando nos dispusemos a discutir as mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas, estávamos estocando idéias para o desenvolvimento das demais seções. Assim, compreender a espacialidade requer o mapeamento dos agentes e dos seus interesses. Mais à frente, na próxima seção, ater-nos-emos a discussão em torno das escalas, do global e do local.

No caso da unidade fabril estudada, notou-se que houve uma sensível diminuição da produção ao cotejarmos com os anos precedentes (Tabela 1). Assim, a fábrica está “operacionalizando”, ou seja, funcionando sem o aumento das escalas de produção. Neste sentido, é inegável que declinou a arrecadação de impostos e do corpo de funcionários da unidade fabril.

---

<sup>23</sup> Smith (2002), ao referir-se à repressão brutal da praça de Tianamen, afirma que esse evento pode ser caracterizado pela presença de quatro escalas: local, regional, nacional e internacional. Para Smith (2002, p. 141), “fueron todos, los cuatro, lo cual inmediatamente refuerza la conclusión de que la vida social opera y construye algún tipo de espacio habitado jerarquizado en lugar de un mosaico”. Ao empreender uma análise marxista, Smith incorre, para alguns autores no fato de que no marxismo não há níveis (hierarquia), mas sim a totalidade. Kosik (1976), ao discutir os fenômenos e o fenômeno, assinala que a dialética é marcada pela decomposição do todo. Apesar da separação e fragmentação, o autor afirma que “o impulso da práxis e do pensamento para isolar os fenômenos, para cindir a realidade no que é essencial e no que é secundário, vem sempre acompanhado de uma igualmente espontânea *percepção do todo*, na qual e da qual ao isolados alguns aspectos, embora para a consciência ingênua esta percepção seja muito menos evidente e muitas vezes mais imatura” (KOSIK, p. 15, grifo do autor).

**Tabela 1: Produção de Cimento Portland na fábrica no período 1994/2003**

Ano	Produção (em toneladas)
1994	189.186
1995	193.603
1996	192.182
1997	201.711
1998	*
1999	*
2000	*
2001	*
2002	*
2003	*

\* Os dados exatos não foram disponibilizados pela empresa, somente valores aproximados. Assim, a produção nesses respectivos anos está em média de 100.000 toneladas. Os argumentos são de que os dados são sigilosos e podem ser utilizados para outros fins, mesmo com a nossa argumentação de ser um trabalho estritamente acadêmico.

Fonte: Fábrica de Cimento Lafarge (2004), Tayra (1998).

Org: Leandro Bruno dos Santos, 2004.

Uma outra inferência a ser feita é a de que a busca pela compreensão da territorialização e da desterritorialização tem sido promissor nos estudos de geografia econômica. Na literatura geográfica, comumente, as atividades extremamente territorializadas e/ou enraizadas são, em grande maioria, dependentes de tecnologia de ponta, de universidades (especialmente de centros de pesquisa), de mão-de-obra especializada, enquanto as unidades industriais desterritorializadas são pouco dependentes de mão-de-obra especializada, mas fortemente dependentes de matérias-primas e mão-de-obra baratas. Isso responde? Ao nosso ver, ainda não, haja vista que a territorialização e desterritorialização são marcadas por uma complexidade no atual momento. Estão, em voga, novos elementos como o poder local, a comunidade local, dentre outros.

### **Global e local: uma análise antagônica e fragmentada?**

Durante muito tempo, o local era visto como um espaço autárquico, voltado para si mesmo, ou seja, fechado com o seu entorno. Essa visão não encontra mais aplicação na realidade, num momento de globalização, de simultaneidade e, ademais, os locais se

encontram interligados e interdependentes, sobretudo nos aspectos econômicos. Assim, não existe simplesmente o local ou regional, pois suas existências se dão na relação com o todo, com o que se diz que é global, aí sim é possível distinguir o que é local e o que é regional.

Estão, na ordem do dia, discussões norteadoras sobre os conceitos local e global. No Brasil, existem alguns trabalhos importantes, tais como: O novo mapa do mundo (1997), A natureza do espaço (SANTOS, 1996) e Por uma outra globalização. do pensamento único à consciência universal (SANTOS, 2001).

Atualmente, as pessoas estão inseridas e interadas sobre os acontecimentos mundiais, como a cotação das bolsas de valores, as olimpíadas, a eleição americana, etc., mas não conseguem estabelecer uma análise das implicações dos processos, ditos globais, sobre o seu cotidiano.

A presente seção apresenta uma de nossas maiores preocupações: a compreensão do objeto e da realidade de maneira fragmentada, em que se procura num segundo momento estabelecer uma junção. Atualmente são necessárias abordagens que levem em conta as escalas dos processos, os atores que agem nas múltiplas escalas e que, de certa forma, influenciam na produção espacial e territorial.

Os fenômenos que ocorrem e produzem espaço devem ser entendidos a partir da complementaridade, da junção e embate entre as escalas Global e Local, que ocasionam uma nova produção de espaços e territórios. Advogamos da idéia que o global e o local são dimensões da materialização das relações sociais e do capital. Estas dimensões se imbricam e, muitas vezes, são contraditórias.

Para Santos (1996) a ordem global é “desterritorializada”, no sentido que separa o centro de ação e a sede da ação, enquanto a ordem local “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível, na qual reúne empresas, instituições, formas sociais etc.

Ao nosso ver, as junções entre as forças, atos e decisões globais e locais produzem o espaço social, e, comumente, o local tem-se comportado como um agente ativo na tomada de decisões do global, em especial as decisões que redundam em caos social.

Para Saquet (2003), o singular e o universal se condicionam, ou mesmo são complementares, e a totalização é entendida a partir das contradições sociais. Apropriando-se dessa idéia, cabe estabelecer a assertiva de que no momento atual de globalização econômica fortalece-se a necessidade de estudos sobre o universal e o singular na produção territorial e espacial.

A contradição das escalas produz espaço, e exige uma compreensão dos processos a partir da imbricação das dimensões escalares, ou seja, a totalidade é multiescalar. No entanto, onde fica o recorte espacial nisso tudo? Na verdade, o recorte espacial coloca em evidência aquilo a totalidade, que pode ser apreendida pelos fatos, pelas relações, pelas concepções dos fenômenos, etc.

Vainer (2000, p. 146) contribui sobremaneira ao assinalar que “as escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a delimitação das escalas prioritárias onde os embates centrais se darão”.

Nessa perspectiva, as escalas são oriundas e ao mesmo tempo marcadas pelo embate, de modo a ocorrer à predominância de uma escala sobre a outra sem, no entanto, materializar-se por completo.

Partindo das considerações ponderadas até o momento, podemos atentar para a contradição engendrada nesse novo momento que se apresenta, em que o local se encontra numa condição *sine qua non* para estabelecer a sua proposição de desenvolvimento diante do sistema capitalista. Para tanto, é imprescindível a união em torno dos interesses coletivos das pessoas, as quais, em sua maioria, como salientamos anteriormente, sofrem com esse perverso sistema.

Diante da contradição assinalada, uma decisão global não se realiza por completo, uma vez que passa a atender não só aos reclamos do capital, mas também aos do território das pessoas. A fábrica de cimento de Itapeva pode ser entendida como característica, pois as decisões globais da empresa não se realizaram por causa do poder político local, mas houve uma diminuição da produção industrial da unidade fabril, de modo que a cidade acabou perdendo recursos. No entanto, as perdas não se comparam com o seu possível fechamento.

O entendimento da realidade, ou melhor, da espacialidade deve ser acompanhada de uma visão totalizante, sobretudo, deixando à parte o vício de realizar uma abordagem em partes ou mesmo separada do todo. Diante das mudanças em todos os setores da vida social que vêm ocorrendo, é preciso sedimentar a importância da teoria das Escala Geográficas, assim como da visão do Global e do local, num primeiro momento como coisas antônimas, mas num segundo momento como ações conjuntas na produção do espaço.

### **Considerações Conclusivas**

Acreditamos que, nas atuais condições, não é possível estabelecer um epílogo da temática abordada, haja vista que a globalização e seus reflexos no território é algo ainda em curso, necessitando assim de uma maior apreensão para uma abordagem totalizante.

No entanto, esperamos que o presente texto tenha dado os primeiros passos para a tentativa de entendimento da narrativa atual.

As mudanças nas formas de pensar e ver o mundo, nos hábitos culturais, dentre outros são a aparência do delineamento da sociedade. As pessoas não estão mais preocupadas como o *devoir*? Como dissemos anteriormente, não temos a pretensão de esgotar a discussão, mas sim de contribuir com idéias e questões. O que dizer das irrupções teóricas, da anomalia paradigmática? Discorrer sobre isso requer ampla leitura e um aprofundamento teórico, algo que nos falta no momento. No entanto, cabe assinalar a importância de uma leitura espacial, uma valorização da forma, da espacialidade das relações sociais.

O espaço, palco da materialidade, carrega a materialização das relações sociais que exigem, por sua vez, uma maior acuidade do geógrafo para despi-lo de seu manto de imponência. Cada vez mais o espaço encontra-se marcado por uma presença de símbolos de difícil interpretação.

Que criptógrafo o geógrafo deve usar para interpretar os símbolos escondidos nos sepulcros do espaço? É uma pergunta pertinente que causa uma certa polêmica e valida a busca incessante, nos últimos anos, na compreensão das transformações espaciais e territoriais. Sociólogos e economistas têm investido neste campo de investigação de maneira contundente, mas incorrem num erro ao utilizar os conceitos de espaço e território como homólogos. A Geografia tem um papel essencial nessa discussão e muito a contribuir para um melhor equacionamento da realidade.

Os estudos geográficos devem levar em conta as novas perspectivas que se apresentam, tais como a teoria das Escalas Geográficas, bem como um equacionamento em torno do global e local influenciando o território de maneira complementar e contraditória. Essas duas abordagens nos permitem esmiuçar aquilo que nos propomos a abordar no nosso trabalho.

Ao defendermos a totalidade escalar, estamos cientes de que, por maior acuidade que haja, é extremamente difícil apreender o todo. Nesse sentido, são necessárias novas contribuições teórico-metodológicas, num momento de anomalia paradigmática.

Com a transnacionalização das empresas, as decisões tomadas em escalas globais colocam por terra as teorias explicativas circunscritas aos locais, ou seja, o fim da firma individual. Ademais, torna-se necessário estabelecer uma análise geográfica sem necessariamente ater-se às escalas local, nacional e mundial como sendo dividida em níveis na sociedade. É possível uma abordagem que não seja fragmentadora ou sistêmica, na qual podemos apreender a realidade (espaço e território produzido) como resultado da

contradição social e da complementaridade daquilo denominam de global e as singularidades locais.

A desterritorialização das unidades fabris pelo mundo, seguida da centralização da gestão, levanta novos desafios e novas abordagens dentro da Geografia. Estamos vivendo num mundo marcado demasiadamente pelos fluxos de informações e de decisões do grande capital. As decisões empresariais se impactam no território e, ao mesmo tempo, ficam sujeitas a movimentos contrários as suas efetivações, sendo passível de compreensão quando atentamos para as relações da horizontalidade *versus* verticalidade.

No atual estágio político e econômico, há um fortalecimento das grandes empresas que se colocam acima dos poderes do Estado sem, num primeiro momento, tomar conhecimento do local (no que se refere a decisões importantes das empresas, já que muitas têm se beneficiado com incentivos fiscais oferecidos por estados e municípios).

As cidades são inseridas em escalas que transcendem a vida cotidiana de seus moradores, e as decisões que forem tomadas nessas outras escalas são sentidas pelas pessoas, pois o espaço é *lócus* da materialização das decisões econômicas.

No sentido contrário a essas decisões, há o poder local, que cria mecanismos favoráveis aos seus interesses. Dessa forma, a partir do embate local e global, a cidade de Itapeva saiu fortalecida, ao mesmo tempo em que sofre com a redução de funcionários e da produção, conforme foi apresentado.

As relações da horizontalidade são marcadas pelos anseios das pessoas e de suas visões de mundo, sendo totalmente contrárias ao do grande capital expressado no presente texto pelos “Grandes Grupos Econômicos Globais” como uma procura de reprodução do capital, num momento de globalização, em que há uma interconexão dos mercados (verticalidade).

Finalmente, esperamos que o presente texto possa ter contribuído para uma primeira compreensão das implicações territoriais e espaciais de um momento assinalado como globalização.

## REFERÊNCIAS

- BECATTINI, G. O distrito marshalliano. uma noção socioeconômica. In. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes. Os novos paradigmas da geografia econômica. BENKO, G & LIPIETZ, A. (Org.s). Oeiras: Celta editora, 1994, p. 19 – 32.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.



- CORRÊA, R. L. Metrópoles, corporação e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, José Lobato (Org.s). In. **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 67-114.
- DOLFUSS, O. Geopolítica do sistema-mundo. In: SANTOS, M., SOUZA, M. <sup>a</sup>, SCARLATO, F. C., ARROYO, M. (org.s). **O novo mapa do mundo**. Fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1993, p. 23 – 45.
- DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades**. Mundialização, Globalização e Planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DUARTE, F. **Crise das matrizes**. São Paulo: Editora perspectiva, 2002.
- DUNFORD, M. A globalização e as teorias da regulação. In. **Globalização & Desigualdade**. VALENÇA, M. M., GOMES, R. de C. da C. (Orgs.). Natal: AS Editores, 2002.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz & Terra, 1976.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora perspectiva, 2003.
- MASI, D. de. A sociedade pós-industrial. In. MAIS, Domenico de (Org). **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 11 - 97.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- SANTOS, L. B. dos. **Desenvolvimento local: estudo e análise da indústria de cimento lafarge**. 2004. 220 f. Relatório de Iniciação Científica - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In. **Boletim paulista de Geografia**, n. 54, p. 81 – 99, jun./1977.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- SMITH, N. Geografia, diferencia y escala geográfica. In. **Terra Livre**. Geografia e movimentos sociais, n. 19, p. 127 – 145, jul./dez. de 2002.
- SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. a reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In. **Abordagens políticas da espacialidade** (Orgs) BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da.; SILVEIRA, C. B. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- TAYRA, F. **A indústria do cimento**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1998.
- TOURAINÉ, A. **A sociedade post-industrial**. Lisboa; editora Moraes, 1970.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In. **Ética, planejamento e construção democrática do espaço**, v. 1, 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 28 de maio/01 de junho, p. 140 – 151.

VALENÇA, M. M. Globalização. Idéias soltas no ar. In. **Globalização & Desigualdade**. VALENÇA, M. M., GOMES, R. de C. da C. (Orgs.). Natal: AS Editores, 2002.

VERDI, A. **Grupos Econômicos Globais e Territórios Locais**: Alcatel e Renault no Brasil. FFLCH - USP. Tese de doutoramento. São Paulo, 2002.

MOREIRA, R. A pós-modernidade e o mundo globalizado do trabalho. In. **Revista paranaense de Geografia**, n. 2, 1997. Texto disponível em:< <http://www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg2/6moreira.htm>>. Acesso em: 05 de junho de 2004.

**Bibliografia Consultada:**

GUIDDENS, A.; BAUMAN, Z.; LUHMANN, N.; BECK, U. **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996.